

Plano Brasil Maior **2011/2014**

Inovar para competir. Competir para crescer.

**Situação do conjunto de medidas:
07 de maio de 2012**

Medidas Já Operacionais

Medidas Operacionais

Fortalecimento da Indústria e do Mercado Interno

Medida	Descrição	Situação
Desoneração da folha de pagamento Eliminação da contribuição patronal do INSS com compensação parcial de nova alíquota sobre faturamento bruto, excluída receita bruta de exportações	<p>-Setores beneficiados:</p> <ul style="list-style-type: none">- têxtil, confecções *, couro e calçados*, móveis, plásticos, material elétrico, autopeças, ônibus, naval, aeronáutico e bens de capital - mecânico: alíquota de 1%- <i>call center</i> **, TI e TIC**, <i>design houses</i> e hotéis: alíquota de 2% <p>- Criação de Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamento: avaliação do impacto e proposta de medidas corretivas</p> <p>-Total da desoneração 2012: R\$4,9 bilhões -Total da desoneração anual: R\$ 7,2 bilhões</p> <p>* Setores contemplados na Lei nº 12.546/2011 com alíquotas de 1,5% **Setores contemplados na Lei nº 12.546/2011 com alíquotas de 2,5% Os demais setores estão contemplados na MP 563</p>	<p>-Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540) - MP 563, 03/04/12, em tramitação no Congresso Nacional -Decreto 7.711, 03/04/12, institui Comissão Tripartite</p>

Medidas Operacionais

Financiamento ao Investimento e à Inovação

Medida	Situação
Ampliação capital de giro MPMEs - BNDES PROGEREN (novos setores e condições de crédito/prazo)	Implantada Resolução BNDES 2.131, 02/08/11
BNDES: ampliação programas Pro-P&G, Profarma, Prosoft, Pro-Aeronáutica e Proplástico na renovação	Programas operacionais e orçamento disponível
Extensão Programa de Sustentação do Investimento (PSI) até dez/12: inclusão de novos setores/programas	Implantada Resolução BNDES 2.165, 11/10/11
Relançamento Programa Revitaliza: novas condições de financiamento	Implantada Resolução BNDES 2.161, 11/10/11
Crédito pré-aprovado para planos de inovação: inclusão de planos plurianuais de inovação de empresas no BNDES Limite de Crédito Inovação	Implantada Resolução BNDES 2.143, 06/09/11

Medidas Operacionais

Financiamento ao Investimento e à Inovação

Medida

Situação

Programa de Sustentação do Investimento (PSI-4): aporte de R\$ 45 bilhões do Tesouro para o BNDES e prorrogação do prazo até 31/12/2013

PSI Ônibus e Caminhões: ampliação de prazo, elevação da participação BNDES e redução de juros

PSI Demais Bens de Capital: elevação da participação BNDES e redução de juros

PSI Exportação (Pré-embarque): ampliação de prazo, elevação da participação BNDES e redução de juros

PSI Inovação - BNDES e FINEP: unificação das linhas de apoio à inovação, redução de juros e ampliação de carência

PSI Projetos Transformadores: nova linha para constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia (bens não produzidos no País que induzam encadeamentos e ganhos de produtividade e qualidade)

-MP 564, 03/04/12, em tramitação no Congresso Nacional

-Portaria MF 122, 10/4/12, autoriza equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios de até R\$ 227 bilhões em operações contratadas até 31/12/13: até R\$224 bilhões aplicados pelo BNDES ou agentes financeiros por ele credenciados e até R\$ 3 bilhões aplicados pela FINEP

- Resolução CMN 4065, 12/4/12, inclui setores e eleva limite de desembolso por grupo econômico

- Implantada Resolução BNDES 2.236, 03/04/12

Medidas Operacionais

Financiamento ao Investimento e à Inovação

Medida

Situação

BNDES Revitaliza: inclusão de novos setores e ampliação do prazo para exportação

- MP 564, 3/4/12, em tramitação no Congresso Nacional
- Resolução CMN 4064, 12/4/12, estende prazo de contratação das operações e amplia limites passíveis de subvenção econômica pela União ao BNDES
- Portaria MF 123, 10/4/12, permite inclusão de novos setores
- Implantada Resolução BNDES 2.237, 03/04/12

BNDES Progeren: aumento de dotação, redução de juros, inclusão de grandes empresas e ampliação de limite por grupo econômico

- Implantada Resolução BNDES 2.239, 03/04/12

Medidas Operacionais

Financiamento ao Investimento e à Inovação

Medida

Situação

Criação Programa BNDES Qualificação: apoio expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante

- Implantada Resolução BNDES 2.160, 11/10/11
- Aprovada 1ª operação: financiamento R\$ 1,5 bi para SENAI visando duplicar nº alunos qualificados para a indústria (Decisão de Diretoria 152, 28/02/12)

Novos recursos para inovação: aumento de crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira FINEP 2011

Autorizada Resolução CMN 4.009/2011 e aprovada pelo Dec. Dir. BNDES 1.172, 22/11/11

Criação de Programa para Fundo Clima (MMA): recursos para projetos que reduzam emissões de GEE

- Autorizada Resolução CMN 4.008, (14/09/11) e regulamentada pela Resolução BNDES 2.180 (01/11/11)
- Programa lançado em 13/02/12

Medidas Operacionais

Marco legal da Inovação

Medida

Situação

Encomendas Tecnológicas: permitir cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação

Regulamentada pelo Decreto 7.539, 02/08/11

Permissão Fundações de Apoio atenderem a mais de uma ICT

Regulamentada pelo Decreto 7.544, 02/08/11

Modernização do Marco Legal do Inmetro

Lei 12.545, 14/12/2011 (conversão da MP 541) amplia escopo de atuação em qualidade e tecnologia industrial

Medidas Operacionais

Desonerações Tributárias

Medida

Situação

Redução gradual prazo devolução créditos PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital: de 12 meses para apropriação imediata a partir de julho/12

Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540)

Extensão do prazo de redução do IPI sobre bens de consumo até 30/06/12: linha branca, móveis, laminados PET, papel de parede, luminárias e lustres

Decreto 7.705, 25/03/2012

Postergação do prazo de recolhimento do PIS-COFINS: pagamentos de março e abril postergados para novembro e dezembro, respectivamente (autopeças, têxtil, confecções, calçados e móveis)

Portaria MF nº 137, 30/04/12

Ampliação Simples Nacional

Lei Complementar 139, 10/11/11

Ampliação Microempreendedor Individual – MEI

Lei Complementar 139, 10/11/11

Medidas Operacionais

Desonerações das Exportações

Medida

Situação

Instituição Reintegra: devolução via restituição e/ou compensação de créditos residuais na cadeia produtiva para exportações realizadas até 31/12/12

- Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540), regulamentada pelo Decreto 7.633, 01/12/11: cerca de 9 mil NCMs (manufaturas) e alíquota de 3%
-Viabilizados pedidos de compensação e ressarcimento via internet (Programa PER/DCOMP):
-136 declarações (R\$ 28,6 milhões) já compensadas até março de 2012
-em implementação funcionalidade para ressarcimento em espécie

Ressarcimento de créditos aos exportadores: processamento automático, com pagamento em 60 dias, para empresas com escrituração fiscal digital

Mais de 22 mil pedidos já analisados (R\$ 16,9 bi) até março de 2012

Empresa Preponderantemente Exportadora: redução de 60% (setores intensivos em trabalho) ou 70% (demais setores) para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa Preponderantemente Exportadora → ampliação do universo de empresas com benefício de suspensão de IPI, PIS e COFINS sobre aquisição de insumos

MP nº 563, 03/04/2012, reduz para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa Predominantemente Exportadora Redução

Medidas Operacionais

Financiamento e Garantias às Exportações

Medida

Situação

PROEX Equalização pré-embarque e redefinição dos prazos e percentuais para Equalização pós-embarque

-Decreto nº 7.710, 03/04/12, estende prazo de equalização para 15 anos, define taxa de 2,5% a.a. e percentual financiado de até 100%

-Resolução CMN 4.063, 12/04/12, autoriza equalização nos financiamentos pré-embarque e desembolsos antes do embarque ou prestação dos serviços

Novas regras para seguro de crédito à exportação

- Resolução CAMEX nº20, 04/04/12, altera limite de faturamento bruto de MPME beneficiária de R\$ 60 milhões para R\$ 90 milhões

- Ampliação da alçada de aprovação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda de US\$ 5 milhões para US\$ 20 milhões

Medidas Operacionais

Defesa Comercial

Medida

Situação

Combate à circunvenção

Concluída 1ª investigação anticircunvenção: sobretaxados cobertores de fibras sintéticas chineses importados do Uruguai e Paraguai

Combate à falsa declaração de origem

Concluídas 10 investigações (Portarias SECEX 2011 nº 25, 33, 41, 44 e 46; Circular SECEX 2011 nº 66; Portarias SECEX 2012 nº 3, 4 e 8): ímãs de ferrite, escovas de cabelo, lápis de madeira e magnésio metálico

Aumento da exigência de certificação compulsória e fortalecimento do controle aduaneiro

- Lei 12.545, 14/12/2011 (conversão da MP 541)
- Desenvolvidos 5 programas de avaliação da conformidade com certificação compulsória e implantado registro de objetos com conformidade avaliada no campo compulsório em 492 produtos
- Portaria MP 296, 18/08/11, autoriza nomeação de 150 servidores INMETRO
- Assinado Convênio INMETRO/RFB para aperfeiçoar controle e fiscalização sobre mercadorias importadas e coibir práticas ilícitas

Medidas Operacionais

Defesa Comercial

Medida

Situação

Suspensão ex-tarifário máquinas e equipamentos usados

Implantada Resolução CAMEX 55/2011

Exclusão dos Sistemas Integrados da concessão de ex-tarifários: equipamentos decompostos em máquinas e combinações de máquinas

Resolução CAMEX nº 17, de 03/04/12, proíbe a redução da alíquota do Imposto de Importação para sistemas integrados

Ações antifraude da Receita Federal

- Em andamento operações para combate a fraudes/ irregularidades e reforço das fronteiras terrestres
- Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad) em operação

Medidas Operacionais

Nomenclatura de Serviços

Medida

Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio: identifica todos os serviços e intangíveis como produtos, viabilizando a elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas

Situação

Instituída pelo Decreto 7.708, 02/04/12

Medidas em Fase de Implementação

Medidas em Implementação

Fortalecimento da Indústria e do Mercado Interno

Medida

Situação

Compras Governamentais: regulamentação da Lei 12.349/2010 (margem de preferência até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e incorporem inovação)

- Regulamentada pelo Decreto 7.546, 02/08/11
- Sistemas “Comprasnet”: concluídas alterações que o tornam operacional para a aplicação das margens de preferência
- Disponível no *site* MDIC cartilha “Orientações para preenchimento da declaração de origem”.
- **Confecções, calçados e artefatos**: Decreto 7.601, 07/11/11 estabelece margem de 8%
 - Portaria MDIC 279, 18/11/11: Regime de origem para efeitos de aplicação da margem
 - Editais de pregão eletrônico com aplicação de margem:
 - Ministério da Defesa: Comando da Aeronáutica (Pregão 032012 - jaqueta, boné e calça de educação física); Comando do Exército (Pregão 12012 e 212011 -camiseta, agasalho, calça, manta, mochila, saco de dormir etc.)
 - Ministério da Saúde (Pregão 012012 - camiseta e boné)
- **Retroescavadeiras e motoniveladoras**: Decreto 7.709, 03/04/12 fixa margens de 10% e 18%, respectivamente (valor de compras estimado em R\$ 1,6 bilhão até dezembro de 2015)
 - Portaria MDIC 89, 04/12/12, altera Portaria MDIC 279, 18/11/11, incluindo novos NCMs
- **Fármacos e Medicamentos**: Decreto 7.713, 03/04/12 estabelece margens de (i) 20% para fármacos, medicamentos não ativos e medicamentos que utilizem fármacos específicos; (ii) 25% para produtos biológicos; (iii) 8% para medicamentos “insumos farmacêuticos ativos” em desenvolvimento ou com capacidade nacional de fabricação imediata.
 - Valor de compras estimado: R\$ 1,5 bilhão
 - Prazo: dois anos para medicamentos e cinco anos para os demais produtos
- Aguarda portaria incluindo NCMs no regime de origem para aplicação da margem

Medidas em Implementação

Financiamento ao Investimento e à Inovação

Medida

Situação

Criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos – ABGF: administração de fundos garantidores (Fundo Garantidor de Infraestrutura e Fundo Garantidor de Comércio Exterior) e garantias para investimento, exportações, pequenas empresas, setor aeronáutico, habitação social e crédito educativo

-Em tramitação no Congresso Nacional, a MP 564, 03/04/12, autoriza:

- criação da agência,
- participação da União como cotista do fundo garantidor para cobertura de riscos (limite R\$ 11 bilhões) para projetos de infraestrutura, construção naval, aviação civil e PPPs
- participação da União como cotista de fundos com a finalidade de garantir risco comercial, político e de descumprimento de obrigações em operações de comércio exterior

Acordo Bancos Públicos: harmonização políticas de financiamento

- Reuniões de convergência bancos públicos em curso: implantada equivalência de exigências BNDES e Finame Agrícola em linhas Pronaf importação máquinas/equipamentos agrícolas

- Publicadas portarias MI com diretrizes de conteúdo local e PPB e restrições de financiamento de bens importados para o FNE, FNO, FDCO, FDNE e FDA

Medidas em Implementação

Marco Legal da Inovação

Medida

Incentivos da Lei do Bem:
financiamento a ICTs privadas sem fins lucrativos

Situação

Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540); proposta de alterações no texto do Decreto 5.798/2006 disponíveis no SIDOF para manifestação dos ministérios

Medidas em Implementação

Promoção das Exportações

Medida

Situação

Entrada em vigor ATA-CARNET: bens em admissão temporária sem incidência de tributos

- Decreto 7.545, 02/08/11
- Em definição entidade emissora e garantidora

Plano Nacional da Cultura Exportadora: Mapas e Planos de Ação de Comércio Exterior

- Processo de consolidação dos 14 Mapas e 8 Planos de Ação de Comércio Exterior em 22 Estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RS, RO, RR, SC, SE e TO)
- Em implementação Sistema de Informações Gerenciais

Medidas em Implementação

Financiamento e Garantia às Exportações

Medida

Situação

Ampliação dos recursos para o Programa de Financiamento à Exportação (PROEX): de R\$ 1,24 bilhão para R\$ 3,1 bilhões (Financiamento R\$ 1,6 bilhão + Equalização R\$ 1 bilhão + FFEX integralização de cotas R\$ 500 milhões)

Minuta de Projeto de Lei para suplementação do orçamento em análise no MPOG

Criação Fundo de Financiamento à Exportação MPME
PROEX FINANCIAMENTO

- Lei 12.545, 14/12/11 (conversão da MP 541)
- Decreto 7.714/12 altera decreto 4.993/04, inserindo nova atribuição ao Comitê de Financiamento e Garantia de Exportações (Cofig): orientar atuação da União no FFEX
- Aguardando: (i) elaboração do Estatuto; (ii) definição da remuneração agente financeiro

Definição *spreads* para enquadramento automático PROEX EQUALIZAÇÃO

- Decreto 7.710, 03/04/12, amplia prazo máximo de equalização para 15 anos
- Resolução CMN 4.063, 12/04/12, altera e consolida normas aplicáveis a operações do sistema de equalização de taxas de juros PROEX
- Aguardando publicação Portaria MF definindo metodologia de cálculo e sublimites de acordo com critérios de prazo, segmento e instituição financeira.

Medidas em Implementação

Financiamento e Garantias às Exportações

Medida

Situação

Fundo de Garantia à Exportação - FGE: novo modelo de cobertura para atender países de maior risco

Em análise atuais normativos e certificados de garantia

Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) indireto para as exportações via *tradings*: autoriza empresa que exporta via *trading* a financiar produção a taxas de juros internacionais tomando ACC indireto

- MP nº 564, 03/04/12, considera exportação indireta, para fins de acesso a linhas externas de crédito comercial, a venda a empresas comerciais exportadoras de bens destinados à exportação
- Aguardando regulamentação BACEN

Flexibilização de garantias PROEX e redefinição de alçadas para aprovação das operações PROEX financiamento

- Resolução CAMEX nº 21, 04/04/12, autoriza BB a aceitar garantias do próprio empresário em operações de até US\$ 50 mil para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões
- Ampliação da alçada dos bancos para aprovar operações até US\$ 20 milhões sem aprovação do Cofig
- Em implantação ajustes no sistema do Banco do Brasil

Medidas em Implementação

Defesa Comercial

Medida

Situação

Antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias:
redução prazos investigação e aplicação direito provisório

- Portarias MDIC 46/2011 (modifica petições visando maior celeridade às investigações de dumping) e 293/2011 (centraliza e readapta atividades formais do processo de defesa comercial)
- Em elaboração nova versão do decreto antidumping

Aperfeiçoamento da estrutura tarifária: criação mecanismo Mercosul permissão aumento Imposto Importação

- Mecanismo que permite a elevação do imposto de importação de 100 códigos NCM aprovado no Mercosul (Decisão CMC 39/11, 20/12/11)
- 92º Protocolo Adicional ao ACE 18, que formaliza perante à ALADI a DEC 39/11, assinado pelos países do Mercosul
- Internalização do decreto em estágio avançado
- Pleitos em análise por grupo técnico criado pela Resolução Camex 05, 25/01/12

Ampliar de 30 para 120 número de investigadores de defesa comercial

- Lei 12.545, 14/12/2011 (conversão da MP 541)
- Publicado edital para realização de concurso público

Medidas em Implementação

Defesa Comercial

Medida

Fortalecimento combate importações ilegais: violação de propriedade industrial e de certificação compulsória

Situação

- Extrato do Acordo de Cooperação MJ-MDIC publicado no DOU, 15/09/11
- Encaminhada ao GTIC/CAMEX proposta de Lei prevendo infrações e penalidades
- Próximos passos: elaboração de Plano de Trabalho e definição de produtos prioritários

Regime Automotivo: incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego e inovação

Situação

- Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540); regulamentado até 2012 pelo Decreto 7.567/11
- MP 563, 3/4/12 (em tramitação no Congresso Nacional); regulamentada pelo Decreto 7.716/12

Descrição 2013/2017

- Ampliação do acesso por meio de alterações nas condições para habilitação
- Redução do IPI em até 30 pontos percentuais com base no percentual de compras internas de insumos estratégicos.
- Incentivo adicional: redução de até 2 pontos percentuais no IPI com base no cumprimento de metas de gasto em P,D&I
- Objetivos:
 - Aumentar conteúdo regional medido pelo volume de aquisições de peças e insumos estratégicos
 - assegurar investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação
 - Aumentar volume de gastos em Engenharia e Tecnologia Industrial Básica
 - aumentar eficiência energética dos veículos: etiquetagem veicular (programa INMETRO) e redução da emissão de CO²

Nº	Requisito	Descrição	Habilitação (cumprir 3 de 4 itens)	Incentivo (redução de até 30 p.p.)	Incentivo Adicional (redução de até 2 p.p.)
1	P&D (conceito Frascatti)	Em % da Receita Operacional Bruta	X		X
2	Engenharia e TIB	Em % da Receita Operacional Bruta	X		X
3	Etapas Fabris	Por número de etapas	X		
4	Etiquetagem	Em % da produção no programa INMETRO	X		
5	Compras de Insumos Estratégicos	Em valores (R\$)		X	

Regime Especial Setorial TICs

Medida	Descrição	Situação
Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes)	<ul style="list-style-type: none">- Suspensão de PIS-PASEP/COFINS de equipamentos nacionais para investimentos em expansão da rede de banda larga e de PIS/COFINS e IPI para materiais e serviços de obras civis- Incentivos à tecnologia nacional: exigência de Processo Produtivo Básico e desenvolvimento nacional de tecnologia- Renúncia fiscal estimada: R\$ 461,5 milhões (2012) + R\$ 970 milhões (2013)	-MP 563, 03/04/12, em tramitação no Congresso Nacional
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS): revisão do apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria (inclusão de fornecedores estratégicos de semicondutores e <i>displays</i> como beneficiários)	<ul style="list-style-type: none">- Inclusão da cadeia de fornecedores- Desoneração de <i>design houses</i> e desembaraço aduaneiro expresso- Aprovação agilizada de projetos- Flexibilização do percentual de P&D- Ajuste técnico: inclusão da etapa de 'corte'- Isenção de tributos nas aquisições no mercado interno e nas importações de insumos para aquisição ao ativo imobilizado da indústria de semicondutores: PIS/PASEP-COFINS; PIS/PASEP – importação; COFINS – importação; IPI; II para insumos e máquinas; CIDE; IRPJ	-MP 563, 03/04/12, em tramitação no Congresso Nacional

Regime Especial Setorial TICs

Medida

Descrição

Situação

Programa Um Computador por Aluno (Prouca):

inclusão digital nas escolas públicas ou sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência

- Estímulo à aquisição e utilização de soluções de informática como instrumento de aprendizagem
- Suspensão da cobrança de IPI, PIS/PASEP-COFINS e CIDE dos fabricantes de computadores portáteis, tanto na aquisição de matérias-primas e produtos intermediários quanto na comercialização
- Renúncia tributária estimada: R\$ 153,8 milhões (2012) + R\$ 203,7 milhões (2013) + R\$ 224,64 milhões (2014)

-MP 563, 03/04/12, em tramitação no Congresso Nacional

Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp)

Habilitação de pessoa jurídica fabricante de equipamentos para o Prouca para fins de benefício de suspensão do IPI e PIS-PASEP/COFINS, condicionada a atendimento de Processo Produtivo Básico

MP 563, 03/04/12, em tramitação no Congresso Nacional

Regimes Especiais Setoriais: Reporto e Retid

Medida

Descrição

Situação

Regime Tributário de Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto)

- Desoneração do Imposto de Importação, IPI e PIS/Cofins para investimentos em portos e ferrovias sem similar nacional
- Ampliação do programa: além dos investimentos destinados à movimentação de carga e treinamentos, inclusão de armazenagem (galpões), proteção ambiental (máquinas com melhor eficiência energética, etc) e sistemas de segurança e monitoramento (*scanners*, etc)
- Renúncia fiscal: R\$ 186,3 milhões (2012) + R\$ 246 milhões (2013)

- Em tramitação no Congresso Nacional, a MP 556, 23/12/11, prorroga o prazo do Regime até 31/12/2015 e inclui empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e centros de treinamento profissional
- Em tramitação no Congresso Nacional, a MP 563, 03/04/12, altera a Lei 11.033/2004, que institui o Reporto

Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID)

Incentivo à área estratégica de defesa e normas especiais para compras, contratações e desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa

- Lei 12.598, 22/03/12 (conversão MP 544)
- Decreto de regulamentação em discussão

Regimes em Discussão

REPETRO: revisão da lista de bens isentos de imposto de importação (excluídos equivalentes produzidos nacionalmente) e inclusão de contratos de cessão onerosa e partilha

REPEG: novo regime tributário para empresas subfornecedoras que atuam em etapas da cadeia de P&G não contempladas no Repetro

PATVD: revisão do apoio ao desenvolvimento tecnológico indústria equipamentos TV digital

REIQ: novos incentivos tributários a investimentos e inovação na indústria química

REIDI: novos incentivos para desenvolvimento da infraestrutura

PADIL: desenvolvimento tecnológico indústria iluminação

REPIL: regime especial de aquisição produtos iluminação

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA